



RELATÓRIO NARRATIVO ANUAL JANEIRO À DEZEMBRO 2023



Maputo, Janeiro de 2024

Índice

Lista de Acrónimos e Abreviaturas.....	2
1. Introdução.....	3
2. Contexto em que operamos no ano de 2023.....	3
3. Resultados Alcançados.....	5
3.1. PILAR I: CAPITAL HUMANO (Educação, Saúde, WASH, e Direitos das Mulheres).....	5
3.2. PILAR 2: RECURSOS NATURAIS.....	10
3.3. PILAR 3: FINANÇAS PÚBLICAS.....	11
3.4. PACTO GLOBAL da ONU.....	12
3.5. PILAR 4: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	13
4. Orçamento e despesa anual do CESC.....	14

Lista de Acrónimos e Abreviaturas

ADE	Apoio Directo à Escola
AGE	<i>Advancing Girls Education</i> (Avançado a Educação das Raparigas)
AR	Assembleia da República
CECSC	Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil
CIL	Centros, Internatos e Lares
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CSRE	Conselho de Serviço de Representação do Estado
DAT	Direcção de Assuntos Transversais
DH	Direitos Humanos
DNEP	Direcção Nacional do Ensino Primário
DPJED	Direcção Provincial da Juventude Emprego e Desporto
ECEB	Engajamento Comunitário no Ensino Bilingue
FDS	Forças de Defesa e Segurança
FMO	Fórum de Monitoria do Orçamento
GAFI	Grupo de Ação Financeira
GALS	<i>Gender Action Learning System</i> (Sistema de aprendizagem de acções em matéria de género)
GFP	Gestão de Finanças Públicas
IFP	Instituto de Formação de Professores
IFPELAC	Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo

LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero e outras pessoas com expressões de género diferente do tradicional
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MINEDH	Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano
MIREME	Ministério dos Recursos Minerais e Energia
MTA	Ministério de Terra e Ambiente
MISAU	Ministério de Saúde
OCB's	Organizações Comunitárias de Base
OGE	Órgãos de Governação Eleitoral
OJM	Organização da Juventude Moçambicana
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSFL	Organizações Sem Fins Lucrativos
PESOCEPs	Plano Económico Social e Orçamento do Estado do Conselho Executivo Provincial
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento Distrital
RMDDH	Rede Moçambicana de Defensores dos Direitos Humanos
SAAIS	Serviços Amigos dos Adolescentes e Jovens
SAT	Southern Africa Trust
SDEJT	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia
SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
STS	Small Towns Sanitation (Saneamento de pequenas cidades)
VBG	Violência Baseada no Género

1. Introdução

O presente documento apresenta os resultados alcançados pelo Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) de Janeiro à Dezembro de 2023. São também reflectidos neste documento, o contexto no qual a organização operou, o orçamento e a execução financeira por pilar com vista ao alcance das metas preconizadas.

2. Contexto em que operamos no ano de 2023

Moçambique vive um momento desafiante em que vários factores em simultâneo têm exacerbado e exposto as fragilidades estruturais do Estado. Neste ano, constatou-se que vários factores de contexto no âmbito político e militar, social, económico e ambiental influenciaram a implementação do Plano Anual do CESC e determinaram o alcance e a qualidade dos resultados. Abaixo, descreve-se de forma resumida os eventos do contexto e como estes afectaram a implementação dos projectos e programas do CESC, mas também como o CESC ultrapassou e geriu.

Processo Eleitoral - Moçambique realizou em 2023 as 6^{as} eleições locais desde 1997. O recenseamento eleitoral ocorreu entre 20 de abril e 3 de junho em 65 distritos com autarquias. A campanha eleitoral e as eleições autárquicas em 11 de outubro, juntamente com o período pós-eleitoral, apresentaram desafios para a cidadania eleitoral dos moçambicanos, incluindo a violência por parte das Forças de Defesa e

Segurança (FDS). A credenciação dos observadores eleitorais foi problemática, especialmente para os do Consórcio Mais Integridade, visto que não foi possível cobrir todas as mesas de votos conforme previsto, facto que impactou na amostra da observação eleitoral em Nampula e Zambézia.

O processo eleitoral teve um impacto negativo na administração local, principalmente no setor da educação. Gestores e professores envolvidos nas atividades eleitorais resultaram na redução das horas de aulas e na difícil implementação de projetos educacionais. Por exemplo, nos distritos de Mossuril, Monapo, Alto-Molocué, Gurué, Milange, Mocuba e em regiões circunvizinhas, houve pouca participação nos clubes de interesse do programa *Advancing Girls Education* (Avançado a Educação das Raparigas) - AGE e atrasos na realização de encontros com autoridades locais para a implementação do projecto Promoção da Transparência e Responsabilização do Orçamento Descentralizado nas províncias de Nampula e Niassa.

O CESC tomou medidas urgentes para lidar com o contexto, através de encontros de consciencialização/sensibilização com comunidades e atores governamentais locais o que resultou em realização de escala de participação na campanha eleitoral pelos gestores escolares e professores e em sequência presença de mais alunos nos clubes de interesse.

Mudanças climáticas – Em 2023, a região central de Moçambique foi atingida pelo ciclone Freddy, causando grandes danos às infraestruturas sociais e forçando deslocamentos em massa. Isso afetou significativamente o processo eleitoral e a cidadania das pessoas, especialmente das mulheres. O ciclone teve efeitos negativos na implementação de projetos/programas como o Engajamento Comunitário no Ensino Bilingue (ECEB) na Zambézia, AGE e IGUAL no Vale do Zambeze e o Nosso Futuro Brilhante em Maputo, o que resultou na replanificação das actividades dos programas e projectos do CESC e parceiros e no alcance dos resultados propostos.

No âmbito das mudanças climáticas, o programa IGUAL através do parceiro SAMCOM realizou um estudo denominado “um teste a resiliência das infraestruturas para reassentados” e neste âmbito advocou junto ao Governo para a adopção de um modelo de construção resiliente.

Terrorismo - O fenómeno em Cabo Delgado causou deslocamentos sobre tudo de mulheres e crianças para outras províncias, afetando as finanças públicas e das famílias e agravando a crise socioeconómica de Moçambique. Em 2023, após a morte do líder terrorista em Cabo Delgado, o país viveu em uma paz cinzenta. Isso permitiu a expansão das actividades dos parceiros do CESC e fortaleceu a confiança entre a população e as FDS. No entanto, houve relatos de retaliação dos terroristas, com ataques e assassinato de civis em Mocímboa da Praia e Macomia, sem impacto directo para o CESC e seus parceiros visto que as actividades continuaram. Houve desconfiança das autoridades em relação às Organizações da Sociedade Civil (OSC) em Nampula, onde a equipe do CESC foi solicitada a apresentar credenciais. Para mitigar os efeitos do terrorismo em Cabo Delgado o CESC fortaleceu a segurança em todos os escritórios do CESC, definiu e partilhou medidas de mitigação a serem seguidas pelos colaboradores do CESC e parceiros, efectuou a monitoria da segurança dos colaboradores do CESC e apresentou as credenciais solicitadas pelo Governo Provincial.

Cerceamento do espaço cívico – Em 2023 aumentou o nível das práticas autoritárias do Estado, que se materializaram não só através da brutalidade das FDS contra jornalistas, intelectuais e membros dos partidos políticos e observadores eleitorais, mas também através de tentativas de aprovação de leis draconianas que limitam as liberdades fundamentais dos cidadãos¹.

Em 2023, ocorreram várias manifestações populares que foram impedidas ou reprimidas. A proposta de lei "draconiana" das Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) foi submetida à consulta em todas as províncias para ser avaliada na Assembleia da República (AR). No entanto, o Movimento de OSC, que luta pela defesa do direito à liberdade de associação, conseguiu influenciar a retirada da proposta da agenda de aprovação da AR. Em abril de 2023, começou a avaliação de risco das OSFL, que será concluída em janeiro de 2024 com a participação do governo, da sociedade civil e de outras instituições relevantes.

¹ O relatório da ACLED, 2024 considera Moçambique um dos 45 de (50) países mais violentos do Mundo. Veja <https://acleddata.com/conflict-index/>. Visitado no dia 25 de Janeiro de 2024.

O CESC analisou o espaço cívico como algo que se adapta ao contexto, visando aproveitar as oportunidades de intervenção, como a criação de um Barómetro do Espaço Cívico, advocacia pela abertura do espaço cívico e litigância contra abusos de poder.

Tendência de interferência das instituições governamentais nas abordagens do CESC – Em 2023, houve um aumento na interferência do Governo nas abordagens dos programas e projetos do CESC. No programa AGE, que promove a retenção das raparigas na educação, o Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT) tentou impôr uma lista de campeões e modelos de referência em Alto-Molócué. Em Monapo, o SDEJT tentou impor uma lista de jovens da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) para recrutamento de mentores. O CESC não aceitou esta situação e providenciou explicações adicionais aos actores envolvidos, sobre os critérios a observar na selecção de um campeão ou mentor. Como resultado deste processo, foram identificados novos mentores e campeões aceites pela comunidade.

O CESC tem trabalhado para fortalecer as comunidades, oferecendo sensibilização e capacitação em cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. Também enfatiza a importância da participação das comunidades e busca discutir com os setores e órgãos locais. Considerando que Moçambique é um país com uma população infanto-juvenil (em que a maioria tem menos que 18 anos), o CESC reflectiu sobre formas de trabalho com a faixa etária dos 15 aos 25 anos e como ser útil em novo contexto.

Êxodo rural de jovens na Zambézia - O êxodo rural de jovens para responder a demanda da indústria extrativa na Zambézia e Nampula tem contribuído para a desistência escolar e prática de uniões prematuras nas comunidades de Alto Molócué, Gurué, Murrupula e Monapo. O CESC, através do programa AGE, identificou em Gurué e Monapo o abandono escolar de raparigas com vista a apoiar nos trabalhos domésticos em zonas mineiras.

Em resposta, o CESC está adotando estratégias de trabalho em parceria com comunidades locais, líderes comunitários, pais, professores e pessoas influentes. Isso envolve fortalecimento de capacidades, criação de clubes de interesse, elaboração de planos de ação contra o absentismo, apoio aos "campeões de mudança" e treinamento dos Conselhos de Escola.

A guerra entre a Rússia e Ucrânia aumentou o custo das transações internacionais e os preços das *commodities*, influenciando negativamente na vida diária dos parceiros do CESC, visto que não se verificou ajustes orçamentais entre CESC e os seus financiadores, e entre o CESC e os seus parceiros. Dai a necessidade de refletir sobre reajustes no orçamento em 2024 de modo a adaptar as intervenções para atingir os resultados e beneficiários previstos nos seus projectos e programas.

3. Resultados Alcançados

Durante o ano de 2023, foram alcançados vários resultados e mudanças. De seguida vamos apresentá-los por pilar e também na vertente de influência de legislação e políticas, e mudanças nos comportamentos das instituições de Estado e nos beneficiários.

3.1. PILAR I: CAPITAL HUMANO (Educação, Saúde, WASH, e Direitos das Mulheres)

Legislação e políticas:

Educação

- a) Influenciado a elaboração de uma Estratégia Nacional de Alimentação Escolar, culminando com a sua aprovação pelo Conselho Técnico do Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e início das auscultações ao nível regional.
- b) Iniciadas discussões com o MINEDH para adoptar a proposta de instrumentos que o CESC produziu e testou, para o registo do desempenho dos alunos no Regulamento Geral do Ensino Primário.
- c) Influenciado o MINEDH, via Direcção de Assuntos Transversais (DAT) sobre a necessidade de revisão do Código de Conduta do Professor e da aprovação de um Instrumento de Prevenção de Assédio Sexual nos Institutos de Formação Profissional (IFPs) e da Reintegração da Rapariga Grávida.

- d) Iniciada a advocacia para melhoria da política e recursos dos Centros, Internatos e Lares (CIL) como estratégia de acesso ao ensino secundário, para rapazes e raparigas que vivem longe das escolas.
- e) Influenciada a agenda de partidos políticos para colocaram a educação como uma das prioridades nas suas agendas políticas (manifestos eleitorais) através da realização de uma mesa-redonda junto de 29 partidos políticos.
- f) Elaborados e publicados 3 posicionamentos com exigências claras para o sector, sobre:
 - o a requalificação de escolas do Ensino Primário (EP) em escolas do Ensino Básico (EB),
 - o cobranças ilícitas no processo de matrículas; e,
 - o erros e atraso na distribuição dos livros escolares.

Saúde & WASH

- a) Influenciada a revisão da Carta de Direitos e Deveres do Utente através da realização de 4 encontros de Coordenação com o MISAU, via Gabinete de Assistência Médica Nacional, e criada a comissão técnica pelo MISAU para a revisão da carta.
- b) O CESC influenciou para o equilíbrio de género nas contratações de conselheiros empresarias na área de WASH em m 10 vilas de Nampula, Zambézia e Cabo Delgado.

Direitos Humanos e das Mulheres

- a) O CESC contribuir para um aumento da consciência e da necessidade de criar legislação específica sobre e Femicídio como fenómeno com impactos altamente nocivos na vida das mulheres.
- b) A campanha nacional de prevenção e combate a violência obstétrica Humaniza Moz apoiado pelo CESC, apresentou resultados da análise da legislação para influenciar o reconhecimento do seu impacto altamente nocivo na vida das mulheres em preparação para uma proposta de Lei.

Comportamentos das instituições de Estado

Educação

- a) Formados 103 (93F) professores em Maputo que aplicam as metodologias participativas e activas e estes consideram terem recebido apoio suficiente para melhorarem os seus planos de aulas, recorrendo a material local, que se traduz na maior participação e interação dos alunos.
- b) Redes de Conselhos de Escolas fazem advocacia ao nível distrital para a alocação de mais professores;
- c) SDEJTs usam informação do CPC e Olavula para supervisão e resolução dos problemas das escolas.
- d) Reduzido o desvio da ração seca usada para o lanche escolar e melhorada a qualidade da sua preparação.
- e) As escolas (Lago, Mandimba- Niassa; Montepuez e Ancuabe em Cabo Delgado) usam 30% do Apoio Directo às Escolas (ADE) para necessidades específicas das crianças.
- f) Melhorada a resposta e acompanhamento de casos pelos intervenientes-chave (educação, saúde, polícia, justiça, acção social, líderes locais) na operacionalização do Mecanismo Multisectorial de Prevenção e Resposta à Violência na Escola nas escolas abrangidas pelo AGE na Zambézia e Nampula.

Saúde & WASH

- a) Assinado memorando de entendimento (MdE) entre MISAU e CESC para colaboração e implementação de diversas iniciativas no sector de Saúde.
- b) Aumento de 39 novos profissionais de saúde nos centros de saúde de Chingussura, Manga Ioforte, e Inhamizua (Beira) e Dondo-sede, Canhandula e Igreja Baptista (Dondo).
- c) Reabilitadas infra-estruturas sanitárias nos centros de saúde da Manga Ioforte, Manga Mascarenhas e Inhamizua.
- d) Resolvida a falta de energia elétrica do centro de saúde de Macharote (Dondo).

- e) Construído muro de vedação no Centro de Saúde de Canhandula (Dondo).
- f) Estabelecidos e revitalizados 118 Comitês de Higiene Escolar em Nampula (Murrupula, Rapale, Mecuburi, Meconta, Monapo e Mossuril) e Zambézia (Namacurra, Mocuba, Lugela, Milange, Mocuba e Alto Molocue), com o objectivo de promover e melhorar a higiene e saúde nas escolas.
- g) Influenciado o plano de construção de fontenárias em Nampula

Direitos Humanos e das Mulheres

- a) Criados fóruns de debate, reflexão e priorização de ações entre Governo e sociedade civil, na área das crianças e mulheres através dos Observatórios das Crianças e Das Mulheres.
- b) Município de Nampula criou colectivo de mulheres para interagir em relação aos assuntos das mulheres.
- c) FIPAG em Sofala e Nampula reorientou os planos de desenvolvimento para atender as demandas das mulheres.
- d) MISAU é parceiro líder da campanha Humaniza Moz.
- e) Na Zambézia e em Sofala os grupos multisectoriais colaboram e lideram rituais e rotinas de avaliação e monitoria da situação das mulheres.
- f) Firmadas parcerias com entre a parceira FAA, DPJED (Direcção Provincial da Juventude Emprego e Desporto) e IFPELAC (Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo) de Tete para operacionalização do Balcão Informativo do Cidadão para o empoderamento dos jovens através do acesso à informação.
- g) FDS comprometidas no combate a Violência Baseada no Género (VBG) em Cabo Delgado (através do trabalho feito com a parceira PROMURA).
- h) Maior abertura do Município de Mocuba para realizar auditorias sociais e dias abertos para os cidadãos (junto ao SAMCOM).
- i) Revitalizados 6 centros de saúde comunitários (Inclusão de jovens e Mulheres) a pedido do Governo de Montepuez (através do parceiro AMEC).

Nas pessoas/ Beneficiários finais

Educação

Criados 1,060 clubes de interesse, com 25,362 raparigas e rapazes na faixa etária entre 10 e 19 anos nos distritos de intervenção do AGE, com sessões sobre autocuidado, importância da escola, VBG, SSR, e temas que visam promover o acesso e retenção, em resultado crianças e adolescentes estão mais motivados para os estudos (assíduos, e preparados para regressar ou ingressar na escola).

- a) Reintegrados 904 alunos dos quais 632 são do EP e 272 do ES nos Distritos de Chimbonila, Ngauma, Sanga (Niassa), Namacurra, Mocuba e Lugela (Zambézia).
- b) Aumento do número de denúncias sobre VBG, em resultado da realização de sessões de mobilização comunitária sobre a importância da educação nas comunidades de Moamba, Magude, Matutuine e Manhiça.
- c) 43 líderes locais aderiram as abordagens do ECEB e sensibilizam as comunidades para adesão ao Ensino Bilingue na Zambézia.
- d) Aumentado o gosto de leitura das crianças de 225 comunidades da Zambézia que aderem as bibliotecas comunitários e leem os livros complementares de leitura de modalidade bilingue (Elomwe, Português e Echuwabo).

Saúde & WASH

- a) Identificadas e apoiadas na sua carreira 11 Artesas/Pedreiras mulheres após a formação em GESI e 22 mulheres e homens artesãos após interação com associações de poupança, em 10 vilas do projecto *Small Town Sanitation* (STS).
- b) Influenciada a contratação de mais oficiais do sexo feminino no negócio/ vendas em 8 das 10 Vilas/Municípios de atuação do consórcio STS.
- c) Utentes satisfeitos com a redução do tempo de espera nas unidades sanitárias (Centro de Saúde de Dzunga na localidade de Cuchamano- Distrito de Changarra, Tete).
- d) Melhorada limpeza nas unidades sanitárias (Centro de Saúde de Palamabwe - Tete e Inhamissua – Beira) como resultado do engajamento entre comité de cogestão e a unidade sanitária.
- e) Utentes satisfeitos com a redução do tempo de espera nas unidades sanitárias (Centro de Saúde na localidade de Cuchamano- Distrito de Changarra, Tete).
- f) Aumentado o acesso de raparigas e rapazes aos Serviços de Saúde Amigos de Adolescentes e Jovens (SAAs) e unidades sanitárias, o que resultou em 5742 referências emitidas em diversos serviços em Nampula e Zambézia.
- g) Parceiro local capacitado e com domínio das ferramentas promovidas pelo “Sou Cidadão” – usa em outros projectos e apoia as unidades sanitárias.

Direitos Humanos e das Mulheres

- a) 268 planos de acção elaborados, em resultado de envolvimento de raparigas e rapazes, pais e cuidadores e outros membros da comunidade, na concepção, planeamento e implementação de acções voltadas para a defesa dos direitos das raparigas e rapazes vulneráveis.
- b) Realizada a mudança no conceito de clube de raparigas para a criação de clubes de direitos humanos. Devido ao sucesso da importância destes clubes nas escolas da cidade de Pemba, a Ukhavihera foi convidada pelo Governo distrital de Montepuez a expandir sua intervenção para as escolas deste distrito.

No âmbito da implementação do programa ALIADAS, os resultados são:

- a) Identificadas as opiniões das mulheres líderes locais e outros membros sobre a posição das mulheres na liderança dos espaços de tomada de decisão e participação nos processos de pacificação do país, para poder informar a construção da sua agenda local.
- b) Elaborado e apresentado publicamente, o manifesto eleitoral das mulheres no município de Nampula, envolvendo as ligas femininas dos partidos políticos.
- c) Lançados o Fórum Regional de género, o Observatório do feminicídio envolvendo 56 colectivos e representantes do Governo e do Estado - Secretária do Estado da Província.
- d) Aumentada a qualidade do funcionamento dos grupos de policiamento comunitário feminista em Manica.
- e) Terapia comunitária e alfabetização feminista como respostas concretas as necessidades das mulheres em Cabo Delgado, PCR e participação das mulheres nos processos eleitorais.
- f) Uma vigília em homenagem as mulheres e raparigas vítimas de feminicídio e VBG envolveu mais de 1000 mulheres – Nampula.
- g) 4 centros de alfabetização feminista com 173 mulheres agentes de advocacia.
- h) Expansão da metodologia GALs - *Gender Action Learning System* (Sistema de aprendizagem de acções em matéria de género) por iniciativa das próprias parceiras.



- i) O filme ECOS resulta de acção colaborativa entre grupos feministas.
- j) Aumentada a visibilidade do movimento feminista na Zambézia através do mecanismo de diálogo “Repensar Zambézia” onde mulheres de diversas províncias se deslocam e partilham experiências.
- k) Parceiras do ALIADAS alargam parcerias e melhoram a capacidade de implementar estratégias para sustentabilidade: e.x. Opentha-Nampula conquistou 4 novos parceiros e financiamentos – (MUVA, TecnoServe, PowerUp, Município de Nampula).

No âmbito da implementação do programa IGUAL, os resultados são:

- l) Expandida a RMDDH para Niassa e Inhambane.
- m) Aumento do nível de participação nos processos de governação de jovens e mulheres.
- n) Iniciada a realização do Barómetro do Espaço Cívico; e lançado portal do Barómetro das Mulheres: as evidências e estatística sensíveis ao género servirão de sombra ao informe oficial (através do parceiro ODM).
- o) Líderes tradicionais capacitados pelo ROSC promovem encontros de reflexão e estratégias de prevenção e combate as Uniões Prematuras na Manica.
- p) 11 raparigas sobreviventes de VBG e 1 pessoa com deficiência passam para auto-emprego com base em treinamento e equipamento de corte e costura em Chiúre e Ancuabe.
- q) Inseridas nas dinâmicas de empreendedorismo pessoas da comunidade LGBTQ+.
- r) Membros do observatório dos jovens em Tete comprometidos na governação municipal participativa (através do SAMCOM).
- s) Envolvimento da juventude nas sextas eleições autárquicas, impulsionado pela divulgação das rádios novelas (através da MISA).
Elaborada e implementada uma agenda de advocacia que reflita as prioridades das mulheres com deficiência na cidade de Nampula.

Ao longo deste ano, o CESC evoluiu-se em intervenções relevantes no quadro das eleições e protecção do espaço cívico, através do consórcio Mais Integridade e do movimento “Direito de Liberdade de Associação” que tiveram como resultados as seguintes mudanças.

CONSÓRCIO MAIS INTEGRIDADE/ ELEIÇÕES

Legislação e políticas



- a) Extensão do horário de funcionamento dos postos de recenseamento eleitoral, após solicitação do consórcio a Comissão Nacional de Eleições (CNE) para garantir que cidadãos adquirissem o seu cartão de eleitor e a exercessem o seu direito de voto.

Nas instituições

- a) Submetida 1 queixa-crime contra a Comissão Distrital de Eleições no distrito de Chiúre;
- b) Produzido um comunicado para influenciar que as decisões do Conselho Constitucional sejam decididas com celeridade, imparcialidade e justiça com vista a devolver a credibilidade ao processo eleitoral e as instituições.
- c) Aumentado o uso dos recursos legais em tribunais perante irregularidade e ilícitos eleitorais devido ao domínio do contencioso eleitoral pelos políticos.

Nas pessoas

- a) 1238 observadores acompanharam a votação desde as operações de abertura até a fixação dos editais com o apuramento parcial das mesas de voto em 30 autarquias, contribuindo com evidências para as discussões sobre a credibilidade eleitoral.
- b) Cidadãos mais conscientes, reivindicam e exigem justiça eleitoral, por meio de manifestações e marchas pacíficas de protesto contra a fraude eleitoral.

DIREITO DE LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Legislação e políticas

- a) O CESC lidera o movimento da SC o movimento que:
 - o travou a aprovação da proposta de lei draconiana sobre OSFL, (4 relatores especiais e 3 parceiros de cooperação enviaram cartas a desencorajar o Estado Moçambicano avançar com a Proposta de Lei, +800 OSFL disseram não a proposta);
 - o Influenciou a lei e regulamento de combate ao branqueamento de capitais/combate ao financiamento do terrorismo (artigo 69 sobre OSFL);
 - o conseguiu paridade que as OSC fizessem parte do processo de avaliação de risco das OSFL, onde 50% das pessoas são da sociedade civil;
 - o O CESC lidera a redação da Avaliação.
- b) O Grupo de Ação Financeira (GAFI) reviu a sua Recomendação 8 e o documento de boas práticas influenciada pela coligação Global que o CESC faz parte.

Comportamento das Instituições e Parceiras

- a) Movimento activo de mais de 800 OSC em todas as províncias na identificação de medidas (políticas, legislação, regulamentos, capacitação, etc) de protecção das OSFL para que elas não sejam usadas e abusadas no financiamento ao terrorismo.
- b) Produzidos documentos de posição de actores chave em DH.
- c) Mobilizado apoio técnico e alianças com organizações regionais e internacionais que trabalham para a protecção do Espaço Cívico no contexto de luta de branqueamento de capitais/financiamento ao terrorismo.
- d) Estabeleceu um grupo de trabalho multissetorial de 12 OSFL e 12 membros do Governo para melhorar a Lei e seguimento das recomendações do GAFI.

Nos beneficiários

- a) Mais de 800 OSC (+ MPs e cidadãos interessados) participaram em 10 auscultações públicas em 11 províncias sobre a proposta da Lei de OSFL, Lei e regulamento ao Combate ao Branqueamento de Capitais/Combate ao Financiamento ao Terrorismo e engajados na protecção do espaço cívico.

3.2. PILAR 2: RECURSOS NATURAIS

Legislação e políticas

- a) Apresentados comentários ao *draft* do Diploma Ministerial que rege o processo de gestão do 10% provenientes da exploração mineira em substituição da Circular 01/MPD-MF/2013 para influenciar a abordagem de gestão dos fundos para o nível da comunidade;
- b) Revisão da lei de terras: Realizada uma conferência de Imprensa para apresentar o posicionamento das OSC em relação ao processo de revisão da lei de terras e advogar para melhores direitos das mulheres e comunidades locais.
- c) Influencia do CESC no processo de revisão da Lei de Florestas e Fauna Bravia garantindo que os Fundos Comunitários também são tidos em conta no processo de partilha de benefício.
- d) Participação no processo de revisão da Lei de Florestas, e através do parceiro Livanging influenciando aspectos sobre a importância da participação das comunidades nas consultas públicas e participação das mulheres no processo de tomada de decisão.

Comportamentos das instituições de Estado e Sector Privado

- a) Instituições do governo, como Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), Ministério de Terra e Ambiente (MTA), Ministério da Economia e Finanças (MEF) receptivos ao estudo sobre Modelos de governação comunitária com recomendações sobre mecanismos de partilha de benefícios que promovem transparência no contexto da exploração de recursos naturais.
- b) Sector privado em Niassa e Nampula, concretamente a Green Resources e Haiyu Mining demonstram abertura para colaborar com o CESC no âmbito da implementação de projectos sociais, FDL, fundo de Responsabilidade Social Corporativa (RSC).
- c) Governo distrital de Angoche visitou os Fundos Comunitários de Murrua e Natire no âmbito da implementação de iniciativas de geração de renda, onde testemunhou a produção de gergelim e o bom andamento das actividades na comunidade. De referir que esta visita foi realizada após o final do projecto como forma de garantir a sustentabilidade.

Nas pessoas

- a) Partilhada a declaração de demandas de jovens, mulheres e pessoas com deficiência dos distritos de Caia (Sofala) e Mopeia (Zambézia) influenciando tomadores de decisão sobre o quadro nacional de florestas.



- b) A implementação de iniciativas de geração de renda (Namanhumbir, Nungo, Murrua, Natire, Naquirica, Muripa) mostram que podem contribuir para o aumento da renda familiar.
- c) Comunidades de Murrua em Angoche exigem mais os seus direitos no contexto da partilha de benefícios provenientes da exploração de recursos naturais.

3.3. PILAR 3: FINANÇAS PÚBLICAS

Legislação e políticas



- a) Influenciado o adiamento da discussão da Proposta de Lei do Fundo Soberano.
- b) Influenciamos a discussão acerca da proposta do Orçamento do Estado de 2024 na Assembleia da República, para que tenha um maior enfoque no investimento nas áreas sociais.
- c) FMO venceu mais uma batalha e o Chang é extraditado para os Estados Unidos.

Comportamentos das instituições de Estado

- a) Governo de Niassa e Cabo Delgado comprometem-se a continuar com as ferramentas e aprendizado do projecto FMO+ após o seu fecho.
 - b) Administradores distritais mostram estar preocupados com a falta de canalização dos 2,75% resultantes da exploração de recursos naturais aos distritos e consequentemente para as comunidades.
 - c) O Governo da Província do Niassa, manifestou o interesse de colaborar e no uso das diversas experiências para assegurar que o projecto de exploração do Grafite em Mipepe, seja um exemplo a seguir na Província e no País.
 - d) O Rastreio da Despesa Pública influenciou a introdução de boas práticas na prestação de contas aos fundos alocados às escolas em Cabo Delgado;
 - o MINEDH introduz mudanças no Manual do ADE com contribuições e experiências de Cabo Delgado.
 - o Processos de gestão do ADE passam a ser verificados e visados pelo TA.
 - e) Influenciada a planificação distrital em Niassa e Cabo Delgado, conforme alguns exemplos abaixo:
 - Realocados 49 professores para as escolas das zonas rurais nos distritos de Montepuez e Ancuabe;
- Governo de Niassa inclui no Plano Economico e Social dos Conselhos Executivos Provinciais (PESOCPE) a conclusão de salas abandonadas desde 2020 e requalificar mais escolas para lecionarem até à 9ª classe.

- f) Procuradoria provincial do Niassa realiza palestras e workshops com gestores escolares sobre GFP e o impacto da corrupção no país.
- g) DPE considera escolas de Mandimba e Lago as melhores na Gestão do ADE.
- h) AP de Niassa passa a usar as evidencias das plataformas distritais na elaboração e análise dos PESOCEP.

Nas pessoas

- a) OCBs em Cabo Delgado e Niassa (nos distritos de Mandimba, Lago, Ancuabe e Montepuez) participam activamente em diversos espaços de Tomada de Decisão:
 - o Observatórios Provinciais de Cabo Delgado e Niassa.
 - o Observatórios distritais (FMO Mais apoiou a realização do primeiro Observatório de Desenvolvimento do Distrito no Lago).
 - o Sessão Ordinária do Conselho Provincial de Coordenação;
 - o Encontros de Coordenação Provincial.
- a) Plataformas distritais de Moma e Angoche, realizam pela primeira vez o rastreio da despesa publica, no sector de recursos extrativos.

3.4. PACTO GLOBAL da ONU

O CESC aderiu ao UN Global Compact (Pacto Global da ONU) no Março 2021. Nesta base, tanto ao nível institucional como no seu trabalho, o CESC incorpora os Dez Princípios do UN Global Compact – focados nas áreas de direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção – nas suas estratégias, processos e operações, assumindo a sua responsabilidade para com as pessoas e o planeta e a estabelecer as bases para o sucesso a médio e longo prazo. Ainda, o trabalho do CESC contribua para os objectivos da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

As ações práticas que O CESC adotou durante o ano de 2023 para implementar os princípios do Pacto Global e apoiar metas de desenvolvimento mais amplas são:

Direitos Humanos

O CESC tem promovido e protegido ativamente os DH em Moçambique por meio de vários programas e iniciativas. Durante o ano de 2023, o CESC, através do programa IGUAL e seu parceiro de Cabo Delgado Ukhavihera, criou 9 clubes de DH com o objetivo de disseminar informação sobre esta matéria no seio dos jovens e na comunidade escolar. Os clubes, servem não apenas para abordar questões sobre os direitos, mas também, para introduzir nos jovens e adolescentes a capacidade de combate e prevenção das diferentes formas de violação dos DH. Ademais, o CESC e seus parceiros IESE, CDD e CIP, realizaram no presente ano a Conferencia Nacional de DH e Eleições, que visasse essencialmente discutir em torno das violações durante o período das eleições autárquicas de 2023.

Proteção Ambiental

O CESC tem participado ativamente na proteção e conservação ambiental em Moçambique. Em 2023, a organização deu continuidade com as acções iniciadas em 2022 junto das empresas e governos locais.

- As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais:
 - o Em curso negociações para uma parceria com a Aiyu Mining no âmbito da implementação de projectos sociais e neste âmbito a empresa Aiyu Mining partilhou o seu plano de responsabilidade social para permitir a monitoria das acções pelo CESC, para além de colher experiência do CESC no âmbito dos fundos comunitários como abordagem de recepção de gestão de fundos resultantes da exploração dos recursos naturais.
- Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental
 - o Neste contexto, o CESC a nível das províncias de Nampula e Niassa, envolveu as instituições governamentais locais em debates que visavam a observação dos direitos das comunidades em relação a terra e outros Recursos Naturais. O objectivo primordial é (i) garantir a melhoria da gestão de terra e outros Recursos Naturais (ii) responsabilizar a canalização das taxas de exploração de recursos naturais no âmbito dos mecanismos de compensação (iii) promover a

implementação da taxa de reflorestamento pelo governo nas áreas onde ocorre a exploração de recursos florestais;

- O CESC, realizou acções de advocacia para a defesa das comunidades em relação ao benefício resultante da exploração de Recursos Minerais no âmbito da reforma da circular 1/2013. Por outro lado, desenvolveu acções de influência política da revisão da lei de Terras;
- O CESC participa de debates sobre a exploração de minerais críticos no âmbito da transição energética a nível da região Austral de África.

Combate à Corrupção

O CESC tem trabalhado para combater a corrupção em Moçambique por meio de educação e *advocacy*. Assim em 2023 o CESC capacitou vários intervenientes (governo, sector privado e comunidade) em matérias ligadas ao Rastreo da Despesa Pública no âmbito da boa gestão dos recursos públicos em várias províncias. Nestas capacitações também foram abordadas questões relativas a proteção ambiental (e.x, queimadas descontroladas e seu impacto, exploração ilegal de recursos florestais e suas sanções, etc).

Os resultados (metas, desempenho indicadores ou resultados)

Direitos Humanos

No âmbito dos direitos humanos, o CESC desenvolveu actividades que permitem maior disseminação de informação sobre os DH no seio dos adolescentes, jovens, comunidade escolar e SC no geral.

Proteção Ambiental

Em relação a proteção ambiental os resultados são:

- Aprovada a nova Lei de Florestas que considera os Fundos Comunitários como instituições comunitárias válidas para recepção e gestão dos 20% resultantes da exploração florestal.

Impacto na Comunidade

As contribuições feitas pelo CESC em 2023 tiveram um impacto positivo na comunidade em Moçambique. A criação dos clubes de DH ampliou a percepção do grupo-alvo sobre seus direitos, como exigir estes direitos, mecanismos de combate e prevenção das diferentes formas de violação dos DH. A formação permitiu que os participantes tivessem informação sobre como contribuir para uma melhor gestão de recursos públicos. No campo da legislação aprovada, ainda é cedo para avaliar o impacto, todavia o CESC ficou por reflectir sobre o real impacto na vida da sociedade no geral.

3.5. PILAR 4: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Documentadas e publicadas experiências e aprendizagem, documentação e divulgação fortalecida:

- a) Criação e gestão do portal de direito à liberdade de associação <https://liberdade.deassociacao.mz.org/>.
- b) Estabelecida parceria com a Ordem dos Advogados para apoiar mulheres vítimas de violência e/ou defensoras dos direitos das mulheres e o MdE com a Faculdade de Educação da UEM.
- c) Memorandos de entendimento: linha fala crianças; STV, TVM, *Strong Life*, Secretaria de Estado de Maputo e outros formatos de colaboração formal, ex. serviço prisional e direções provinciais.

Comunicação e imagem do CESC fortalecida

- a) Restruturada a equipa de comunicação, contando com 3 Oficiais.
- b) 64 aparições na media (jornais, rádio e tv).

Políticas, procedimentos e sistemas sistematicamente desenhados, implementados e efectivos

- a) Colaboradores formados em (i) Políticas Organizacionais através do LEAD (2 da área de RH, 1 da área programática e 1 da área financeira; (ii) Monitoria e colecta de dados através da Pestalozzi; (iii) Sensibilização para fraude, desperdício e abuso (fraud awareness, waste and abuse) facilitada pelo Antony Cruit (Agente especial da USAID).
- b) Staff do CESC colabora nos eventos de Comunidade de Prática das Organizações locais financiadas pelo PEPFAR e USAID e através da LEAD.

Fluxogramas e Checklists de processos estabelecidos e implementados

- a) Desenhados, aprovados e em implementação fluxogramas e checlists para (i) elaboração de contratos de prestação de serviços e de subvenções; (ii) de viagens; (iii) de eventos; e (iv) de RH.

Sistemas MEL e gestão e monitoria de programas estabelecidos

- a) Estabelecidos os sistemas de M&A em 14 de 19 projectos; Contrato assinado com a Saudigitus para estabelecer o DHIS2, para garantir que dados e informação do CPC sejam geridos a partir desta plataforma.
- b) Programas especiais com sistemas de governação a funcionais e a orientar a sua gestão;
- c) Rotinas de eventos de aprendizagem estabelecidos em todos projectos.

Estrutura organizacional aprovada com as funções claramente definidas e implementadas

- a) Estrutura organizacional aprovada com as funções definidas.
- b) Organigrama revisto e forma revistos os processos chaves do CESC. Em falta os jobs descriptions.
- c) Efectuado o enquadramento do pessoal nos escalões e categorias de acordo com a tabela salarial e política de remuneração e outros benefícios.

Mobilizados Recursos e parcerias

- a) 15 propostas submetidas (2 reprovadas; 5 em análise pelo doador; 6 aprovadas, 2 passaram a fase de conceito e está em curso a elaboração das propostas completas).

1	Área	Fundos Mobilizados (MZN)	Período	Parceiro
I	Educação – Alimentação Escolar	94 950 000,00	3 anos	Visão Mundial/ USDA
II	Educação	28 562 792,00	3 anos	F. Pestalozzi
III	Espaço Cívico, GFP, Democracia	133 000 000,00	4 anos	IMD/Finlândia
	Finanças Públicas descentralizadas, Recursos Naturais	30 273 858,00	2 anos	Speed/USAID
	Espaço Cívico/ Avaliação Nacional de Risco OSFL	2 270 794,00	8 meses	Global Center/USAID
	Eleições	2 849 576,00		Internacional IDEA
IV	Apoio institucional (canalizado através da Eurosís)			EUROSIS/USAID
Total	MZN	291 907 020,00		
	USD	4 611 485,00		

- b) CESC faz parte de uma forma activa de Movimento de Defesa do Direito à Associação, ODC, FMO, Movimento contra Uniões prematuras (EU+), MEPT, FACED-UEM e Observatório das Mulheres.

Em aquisição um escritório próprio do CESC

- a) Negociada a aquisição de um escritório próprio (a ser finalizado o pagamento em 3 anos).
- b) CESC já a funcionar nas novas instalações.

4. Orçamento e despesa anual do CESC

- a) O CESC iniciou o ano de 2023 com 14 projectos/programas e um orçamento de 483,412,954.40MT. Todavia, ao longo do ano o CESC conseguiu firmar seis novos contratos e extensão de um que permitiram a actualização do orçamento total no valor de 531,795,173.34MT (Quinhentos e trinta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil, cento e setenta e três meticais e trinta e quatro centavos). Este acréscimo representa um incremento na ordem de 10% em relação ao orçamento inicial.

Tabela 1: Orçamento, despesas e saldo por pilares

#	PILARES	ORÇAMENTO	DESPESAS	SALDO	%
1	Capital Humano	394,289,315.40	384,886,511.70	9,402,803.71	98%
2	Recursos Naturais	1,008,840.08	1,008,840.08	0.00	100%
3	Finanças Públicas	22,431,098.37	23,089,516.54	-658,418.18	103%
4	Desenvolvimento Institucional	114,065,919.49	114,065,919.49	0.00	100%
	TOTAL	531,795,173.34	523,050,787.81	8,744,385.53	98%

- b) A tabela acima ilustra que com orçamento anual de 531,795,173.34 Meticais, foram executadas despesas no montante de 523,050,787.81 (Quinhentos e trinta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil, cento e setenta e três Meticais e trinca e quatro centavos) que representa um nível de execução de 98%.
- c) Os parceiros que apoiaram o CESC durante o ano foram os seguintes: USAID, DFID, UNIÃO EUROPEIA, CANADA, VISÃO MUNDIAL, PESTALOZZI, CHEMONICS, COUNTERPART, EKN, DAI, GLOBAL INTEGRITY, GLOBAL SECURITY, ROSC, SOUTHERN AFRICA TRUST-SAT, PSI, CIP e NWETI.